

Cresce a Inclusão Financeira no país



O país fez progressos notáveis no domínio da Inclusão Financeira desde do início da implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016 - 2022 (ENIF), até finais de 2020. Entre as realizações mais significativas destaca-se a abertura de mais de 4 milhões de contas bancárias, a expansão de pontos de acesso financeiro, o fortalecimento da infraestrutura financeira para crédito e a melhoria do quadro regulatório.

Relativamente ao primeiro trimestre de 2021, regista-se um crescimento que atingiu 82,5 % de distritos cobertos por Agências Bancárias em todo o país, contra 79,2 período homólogo de 2020.

Apesar dos progressos notáveis, persistem ainda alguns obstáculos que dificultam uma Inclusão Financeira abrangente. **Pág. 3**

Bancos reforçam medidas de prevenção e combate contra Covid-19

Os bancos comerciais sendo instituições essenciais à manutenção do comércio através de oferta de serviços financeiros, facilidade de transações de pagamento e crédito pessoal, fazem com que as suas infraestruturas sejam locais de aproximação permanente de diferentes pessoas o que representa grande foco de contaminação do vírus da COVID-19.

Nesta época de pandemia os balcões e os ATM's constituem pontos de risco de contaminação do vírus da Covid-19. Por causa deste risco, os bancos estão sujeitos a obrigações de medidas decretadas pelo Governo no âmbito da Calamidade Pública para prevenir e combater esta pandemia.

As medidas gerais de prevenção e combate à pandemia da Covid-19 exigidas aos funcionários e clientes dos serviços financeiros na banca integram o uso obrigatório da máscara, lavagem frequente das mãos com água e sabão ou cinza, distanciamento interpessoal de 2 metros no mínimo, cumprimento da etiqueta da tosse e não partilha de utensílios de uso pessoal.

No atendimento ao público, à semelhança de outras instituições públicas e privadas, entre outras medidas adicionais, os bancos são exigidos a privilegiar o uso de meios electrónicos, teletrabalho, assim como a rotatividade, sempre que aplicável. Resumidamente, a lei demanda que nos serviços das instituições de crédito e sociedades financeiras devem ser providos em observância das medidas de prevenção e combate à pandemia da COVID-19.

Dada a ameaça global que a pandemia representa, os Bancos Comerciais Associados à Associação Moçambicana de Bancos (AMB), para além de cumprir na íntegra e reforçar medidas internas, decidiram difundir mensagens apelativas na rádio, televisão, imprensa e painéis para além das páginas de internet e das redes sociais de cada banco.



Prevalecem incertezas na economia nacional

A moeda nacional, o Metical, está a flutuar desde o princípio do ano em curso perante as principais divisas transacionadas no país, com destaque para o Dólar norte-americano que no fecho de 2020 se situou em 74,16 Mt compra e 75,64 Mt venda.

Esta divisa que chegou a custar cerca de 75 Meticais no início do ano, em meados de Abril baixou até 54,98 Mt compra 56,04 venda. Depois desta descida, nos últimos dias assiste-se novamente uma recuperação do Dólar estando nos princípios do mês de Junho acima de 60 Mt cada.

A valorização do Metical face ao Dólar foi justificada pelas medidas internas tomadas pelo Banco de Moçambique (BM), por um lado e, por outro, o impacto da pandemia da Covid-19 que obriga as nações a implementar medidas extraordinárias, como a disponibilização massiva de divisas para dar alento à economia, o que também acaba vulgarizando as mesmas divisas.

Esta oscilação impacta a economia nacional na medida em que, a valorização do Metical pode constituir celebração para os importadores, mas um problema para os produtores e exportadores. Os analistas económicos consideram que a alongar-se a supervalorização da moeda nacional a economia ficaria mais débil. Nesta situação, significa que para adquirir o Dólar tornar-se-ia mais barato, o que pode significar maior poder de compra e facilitar as importações e, por tabela, a redução

dos custos de produtos, sobretudo os de primeira necessidade, o que é, deveras, bem para o grosso da população com menor poder de compra. Porém, outros analistas consideram que esta “proeza” não se mostra sustentável a longo prazo, o que afectaria negativamente a economia nacional, no seu todo.

O BM tem estado a intervir para evitar situações mais complicadas na economia, principalmente a subida dos preços de bens de consumo.

Segundo o relatório divulgado em Março último pelo BM sobre Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação, apontou-se como factor da apreciação do Metical a procura totalmente satisfeita de divisas, como resultado de uma maior fluidez que se observa no mercado cambial, bem como medidas de Política Monetária por si tomadas, em Janeiro passado, que incluíram o ajustamento das taxas de juro de referência.

No último relatório sobre Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação, publicado em Maio, o BM perspectiva menor pressão cambial no médio prazo. Reconhece que a recente dinâmica da taxa de câmbio alterou a base das projecções para o médio prazo. No entanto, antevê-se uma ligeira pressão cambial, em linha com as perspectivas de reabertura gradual da economia, num contexto de manutenção do défice da balança comercial.

Mantêm-se as perspectivas de maior pressão sobre a despesa pública. A instabilidade militar na região Norte,

associada às necessidades logísticas para administração da vacina contra a COVID-19 continuarão a pressionar a despesa pública, levando a manutenção de um agravamento do défice orçamental.

As previsões de inflação foram revistas em baixa, apesar do agravamento dos riscos. Para o curto e médio prazo, prevê-se uma menor aceleração da inflação, a reflectir, fundamentalmente, a dinâmica recente da taxa de câmbio, num contexto de fraca procura interna, que suplanta o efeito das perspectivas do aumento dos preços de alimentos e petróleo no mercado internacional. Entretanto, os riscos e incertezas associadas às projecções agravaram. Prevê-se uma recuperação mais lenta da economia em 2021. Esta perspectiva é sustentada pela fraca procura interna e a suspensão do projecto de exploração de gás pela Total.

No entanto, espera-se uma retoma progressiva da procura externa, em resultado do alívio gradual das medidas restritivas associadas à tendência para a contenção da propagação da COVID-19 e a adopção de pacotes de estímulo fiscal nas economias avançadas, em particular nos EUA, com efeitos positivos sobre a actividade económica.

Cresce a Inclusão Financeira no país

A Inclusão Financeira é um factor essencial para reduzir a pobreza e aumentar a prosperidade. No nosso país, apesar dos esforços consideráveis envidados com o propósito de promover a inclusão financeira, há ainda população que não tem acesso aos serviços mínimos e distritos ainda por bancarizar.



Como resposta a esta realidade, o Governo de Moçambique, através do Banco de Moçambique, lançou, em 2016, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016 - 2022, que assenta em três pilares:

- ? Acesso e uso de serviços financeiros;
- ? Fortalecimento da infraestrutura financeira; e
- ? Proteção do consumidor e educação financeira.

O país fez progressos notáveis no domínio da Inclusão Financeira desde do início da implementação da ENIF, até finais de 2020. Entre as realizações mais significativas destaca-se a abertura de mais de 4 milhões de contas bancárias, a expansão de pontos de acesso financeiro, o fortalecimento da infraestrutura financeira para crédito e a melhoria do quadro regulatório.

De acordo com o Banco de Moçambique, os indicadores de crescimento das metas globais da inclusão financeira nacional em Moçambique, como exemplo desse crescimento, nota-se uma evolução da proporção de distritos com pelo menos um

ponto de acesso aos serviços financeiros formais, de 58 distritos em 2016, para 69 distritos em 2018. Indicadores trimestrais de Inclusão Financeira divulgados pelo Banco de Moçambique (BM) relativos ao primeiro trimestre de 2021 apontam um crescimento que atingiu 82,5 % de distritos cobertos por Agências Bancárias em todo o país, contra 79,2 período homólogo de 2020.

Apesar dos progressos notáveis, persistem ainda alguns obstáculos que dificultam uma Inclusão Financeira abrangente, em particular nas zonas rurais onde não existem infraestruturas essenciais, destacando-se de entre vários constrangimentos:

- ? Penetração limitada de agências e agentes bancários fora das áreas urbanas devido, entre vários factores, a questões de viabilidade comercial e à falta de infraestruturas essenciais (como estradas, eletricidade e serviços de telecomunicações);
- ? Reduzida sensibilidade dos clientes para os benefícios de serviços financeiros;

- ? Dificuldades de gestão da liquidez; e
- ? Aceitação limitada dos pagamentos digitais por parte dos comerciantes.

O processo de *due diligence* de clientes para abertura de conta bancária constitui um obstáculo notável, uma vez que apenas 60% da população possui um documento de identificação nacional e ainda menos tem o número único de identificação tributária (NUIT) exigido pelos bancos.

Objectivo

Ao nível da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), foi constituído o Grupo de Trabalho com objectivo de promover a análise, debate e recolha de contribuições dos membros associados, em tornos das temáticas que suscitam interesse da indústria, no âmbito da implementação da ENIF.

É na sequência do esforço que a AMB, tem vindo a empreender com o intuito de promover maior índices de Inclusão Financeira, que foi constituído em 2018, o Grupo de Trabalho da AMB, que integra os seguintes bancos BNI, BCI, Mbim, ABSA, Bancabc, Standard Bank, Moza, FNB e a GIZ.

No início das suas actividades, em 2018, o GT reunia com regularidade em função da demanda que o Comité Nacional de Inclusão Financeira (CNIF) coloca ao membros e função do interesse na temáticas em análise. Actualmente, reúne em função das convocatórias dos encontros dos subgrupos de trabalho do CNIF, que a AMB é membro, nomeadamente:

- ? Expansão dos Pontos de Acesso Financeiros – SGT1 (Coordenado pela AMB e Vice coordenação com as Instituições de Moeda Eletrónica – EMIs);
- ? Serviços Financeiros Digitais – SGT2 (Coordenado pelo BM e Vice Coordenação com FSD Moç.);
- ? *Due Diligence* de Clientes e KYC por Níveis – SGT3 (Coordenado pela AMB e Vice coordenação com o BM).

Acções em curso

Foram definidas como tarefas deste grupo:

1. Rever a regulamentação dos agentes bancários e não bancários; - Tratado parcialmente, pois com o contributo do GT da AMB conclui-se o regulamento dos agentes bancários e está em elaboração o regulamento dos agentes não bancários;
2. Estabelecer critérios de selecção e requisitos de documentação mais flexíveis para os agentes (Bancários e não Bancários), consoante os serviços que os mesmos oferecem; - Em análise pelo GT da AMB; e
3. Estabelecer modelos que flexibilizem a disponibilização de liquidez aos agentes (Bancários e não Bancários) – Tarefa por tratar pelo GT da AMB.

No prosseguimento das recomendações dadas no 7º encontro do subgrupo de trabalho de expansão de serviços financeiros da ENIF, a AMB ficou com responsabilidade de apresentar a proposta, com termos de referência para elaboração do regulamento sobre a gestão de liquidez para agentes bancários e agentes não-bancários, que o Grupo de Trabalho da AMB, está a colher dos bancos associados, contribuições que sustentaram a proposta a remeter ao Banco de Moçambique.

Coordenação do grupo de trabalho de acesso e uso de serviços financeira (GT1)

No âmbito da implementação da ENIF, realizou-se o 9º encontro do GT de Acesso e Uso de Serviços Financeiros (GT1) do CNIF, que teve em vista a monitoria grau de cumprimento do plano de actividades dos grupos e avaliar os desenvolvimentos registados na implementação de acções da ENIF.

Realçar que, os grupos de trabalho representam um meio importante para identificar, debater e coordenar acções e propostas de soluções intersectoriais que, contribuem para maior acesso, uso e expansão dos serviços financeiros.

A estrutura de coordenação dos grupos de trabalho do CNIF, preconiza que, a sua coordenação será assumida por um período de 1 (um) ano, numa base rotativa pelos membros de cada grupo. Foi nesse contexto que foi deliberado a indicação da AMB para coordenador do Grupo de Trabalho de Acesso e Uso de Serviços Financeira (GT1), em representação foi indigitado o Dr. Casimiro António Chicuava.

AMB aponta medidas e iniciativas financeiras para o alinhamento estratégico operacional da indústria integrada do país



A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apontou a especialização dos técnicos bancários na avaliação dos projectos industriais, a sistematização das alternativas de financiamento de projectos industriais e infraestruturas e a maior credibilidade das demonstrações financeiras nas empresas como medidas e iniciativas para alinhamento estratégico e operacionalização da industrialização integrada em Moçambique. Além disso, é preciso a criação duma Entidade de Registo de dados contabilísticos – com o objectivo de geração de uma Base de Dados de demonstrações financeiras das empresas, para consulta pública de oportunidades de negócio, melhor aproveitamento da informação das centrais de informação de crédito do Banco de Moçambique e de gestão Privada para análise de crédito e governação das sociedades.

As ideias e iniciativas da AMB foram apresentadas pelo Presidente da Direcção da AMB, Dr. Teotónio Comiche, no dia 19 de Abril do ano em curso, durante o “Seminário Económico”, organizado pelo Ministério da Indústria e Comércio, subordinado ao tema “**Industrialização Integrada: Alinhamento Estratégico e Operacional**”.

O Seminário Económico cujo objectivo foi para reflectir sobre os mecanismos de industrialização no País, bem como colher subsídios para o aprimoramento da Estratégia Nacional de Industrialização, as cerimónias de abertura e de encerramento foram presididas, respectivamente, pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário e pelo Ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita.

Governo prepara a entrada da Central de Registo de Garantias Mobiliárias

Está em curso a preparação para o lançamento da Central de Registo de Garantias Mobiliárias (CRGM) a entrar em vigor em finais do segundo semestre do ano em curso. Para o efeito, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR) apresentou, hoje, dia 14 de Junho, num encontro virtual, à Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e dos Bancos Comerciais Membros Associados da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), o projecto da CRGM e fez demonstração técnica sobre o funcionamento do sistema.

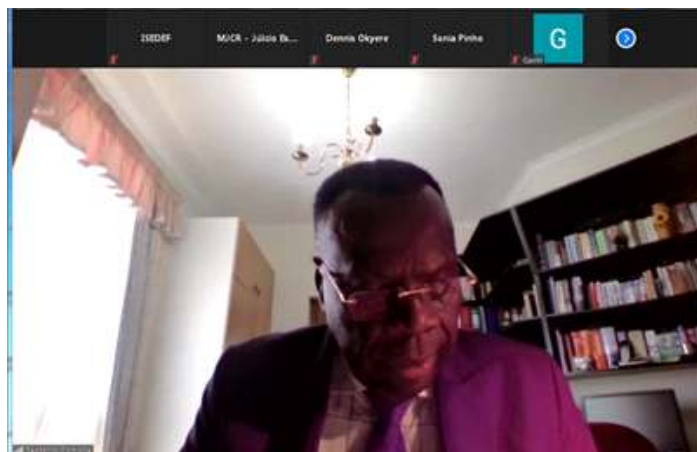
Segundo Eng^o Júlio Escova do MJCR, trata-se duma plataforma de operacionalização da Lei 19/2018, de 10 de Dezembro e do respectivo Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 7/2020, de 10 de Março que tem por finalidade promover o acesso ao crédito através da institucionalização de um regime que diversifica e fortaleça a segurança jurídica na constituição de garantias sobre coisas móveis e a disponibilização tempestiva de informação sobre essas garantias.

Perante dificuldades de acesso ao crédito por parte de pessoas singulares e micro, pequenas e médias empresas, o sistema de CRGM tem por objectivos aumentar a capacidade de indivíduos e entidades para ter acesso ao crédito utilizando quaisquer bens móveis e conferir segurança jurídica a constituição de garantias sobre coisas móveis não sujeitos a registo de propriedade,

e garantias judiciais e convencionais registadas nas respectivas conservatórias, sobre as coisas móveis e direitos sujeitos a registo da titularidade.

À luz deste dispositivo legal, fazem parte da lista de Garantias Móveis, veículos automóveis, veículos ferroviários, aeronaves e participações sociais e

direitos de propriedade intelectual e outros serviços de registos de garantias especializados, em conformidade com o disposto na lei (artigo 6 da Lei 19/2020 e artigo 2 do Regulamento da mesma Lei).



Quanto a garantia sobre direitos de pagamento de fundos creditados em contas bancárias, o regulamento da CRGM estabelece que, sem prejuízo legal, a lei aplicável à criação, oponibilidade à terceiros, à prioridade e à execução de uma garantia sobre o direito ao pagamento de fundos creditados

implementação pelo que há necessidade de acções de capacitação institucional e maior interacção para ultrapassar barreiras de entendimento na operacionalização do sistema.

O Presidente da Direcção da Associação Moçambicana de Bancos manifestou a disponibilidade da banca em colaborar neste processo que se espera a sua operacionalização dentro de seis.

Para assegurar maior interacção com os interessados, particularmente os bancos, o MJCR manifestou a sua disponibilidade e colocou a disposição, entre outras plataformas, os e-mails garantias_mobiliarias@crgm.mz para apresentação de questões para esclarecimentos.

A implementação da CRGM conta com apoio técnico e financeiro da Cooperação Suíça e do Grupo Banco Mundial.

através do reconhecimento legal que, actualmente, na prática já se verifica em algumas instituições de micro-finanças. Pretende ainda simplificar os procedimentos para a constituição de garantias e assegurar a centralização das informações.

Com a tarefa de registar, de forma electrónica ou manual, toda informação referente às garantias constituídas sobre coisas móveis, a CRGM passará a centralizar e disseminar, publicamente, a informação sobre privilégios creditórios mobiliários do Estado

em uma conta bancária, bem como os direitos e obrigações entre a instituição depositária e o credor garantido, é a lei do Estado em que a instituição depositária responsável pela manutenção da conta tem sua sede. Se a instituição depositária tiver sede em mais de um Estado, a lei aplicável é a lei do Estado em que está localizada a agência responsável pela manutenção da conta (artigos 43 e 44 do Reg. Da CRGM).

Para os bancos, o sistema mostra-se bastante inovador e desafiador para a sua

Actividade económica cresce em 0,12% no I Trimestre

A actividade económica, medida pelo produto interno bruto (PIB), registou um crescimento de 0,12%, após três trimestres consecutivos de decréscimo. Este crescimento deveu-se, essencialmente, ao desempenho positivo da agricultura em 4,84%. Os restantes sectores, com peso considerável na actividade económica, registaram um desempenho negativo, com destaque para a indústria extractiva (-18,02), hotelaria e restauração (-15,13%), transportes e comunicações (-9,64%) e construção (-8,41%).



decréscimo de 12,0% na facturação do mês em análise.

O índice do emprego no mês de Março de 2021 foi resultado da variação positiva dos sectores da Indústria, e de Outros Serviços não Financeiros com 4,6% e 0,1% respectivamente.

Os sectores de Alojamento, Restauração e Similares, do Comércio e de Transportes e Armazenagem, registaram um decréscimo de 1,0%, 0,4% e 0,2% respectivamente.

A variação do índice de remunerações, no mês de Março, resultou dos ligeiros aumentos nos sectores da Indústria, de Transportes e Armazenagem, de Outros Serviços não Financeiros, bem como de Alojamento e Restauração com 2,7%, 1,7%, 1,2% e 0,2% respectivamente.

Em contrapartida o sector do Comércio, apresentou variação negativa de 1,0% de remunerações no mesmo período.

Comparando os índices globais do mês de Março de 2021, com os do período homólogo de 2020, verifica-se um crescimento do índice do volume de negócios em 20,5%, enquanto que os índices de emprego e de remunerações registaram decréscimos de 4,9% e 9,1% respectivamente.

Entretanto, segundo o boletim do INE os resultados dos Índices das Actividades Económicas do mês de Março de 2021 registaram, uma recuperação ao alcançar uma variação positiva do volume de negócios em 1,9%, das remunerações em 1,3% e do emprego em 0,5% quando comparados com os do mês anterior. Segundo a fonte, o crescimento ligeiro do

volume de negócios foi influenciado pela variação positiva verificada nos sectores de Alojamento, Restauração e similares, dos Transportes e Armazenagem, da Produção Industrial, da Electricidade e do Comércio com 17,4%, 15,5%, 6,5%, 5,5% e 2,0% respectivamente.

O sector de Outros Serviços não Financeiros, foi o único dos inquiridos que teve um

Banco de Moçambique mantém a Taxa de Juro de Política Monetária mantém-se em 13,25%



O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 13,25%. A decisão é fundamentada pelo agravamento dos riscos e incertezas, não obstante a revisão em baixa das perspectivas de inflação no curto e médio prazo, a reflectir, sobretudo, a recente apreciação do Metical.

O CPMO decidiu, igualmente, manter as taxas de juro da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 10,25% e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 16,25%, bem como os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e em

moeda estrangeira em 11,50% e 34,50%, respectivamente.

Num comunicado de imprensa, o BM disse que os riscos e incertezas associados às projecções de inflação agravaram-se. A nível doméstico, destaca-se a intensificação da instabilidade militar na zona norte do país,

com impacto na pressão fiscal e na suspensão do projecto Mozambique LNG, para além da maior volatilidade da taxa de câmbio. Esta volatilidade decorre das elevadas incertezas e das assimetrias existentes no processo de formação de expectativas dos operadores no mercado cambial. Na conjuntura externa, realça-se uma maior flutuação dos preços dos activos financeiros e das mercadorias, e o surgimento de novas variantes do coronavírus.

As perspectivas de inflação foram revistas em baixa, apesar do agravamento dos riscos. A inflação anual desacelerou para 5,19% em Abril, após 5,76% em Março, a reflectir a recente apreciação do Metical e a dissipação do impacto das intempéries que assolaram o país no princípio do ano. Por seu turno, a inflação subjacente, que exclui os preços dos bens e serviços administrados e das frutas e vegetais, desacelerou, em linha com o esperado. Para o curto e médio prazo, prevê-se uma menor aceleração da inflação, explicada, maioritariamente, pela dinâmica recente da taxa de câmbio, num contexto de fraca actividade económica.

Prevê-se uma recuperação mais lenta da economia em 2021. Esta perspectiva é sustentada pela fraca procura interna, conjugada com a suspensão do projecto de exploração do gás pela Total, não obstante a previsão de retoma gradual da procura externa e da tendência para a contenção da propagação da COVID-19. Assim, perante o limitado espaço da política monetária e do Orçamento do Estado, mantém-se a pertinência do aprofundamento de reformas estruturantes na economia, com vista ao fortalecimento das instituições, melhoria do ambiente de negócios, atracção de investimentos e criação de emprego.

A dívida pública interna mantém-se elevada. Desde finais de Março, a dívida pública interna, excluindo os contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, aumentou ligeiramente em 310 milhões para 205,5 mil milhões de meticais.

As reservas internacionais mantêm-se em níveis confortáveis. As reservas internacionais brutas situam-se em USD 3.987 milhões, montante suficiente para cobrir mais de 6 meses de importações de bens e serviços.

O CPMO continuará a monitorar a envolvente macroeconómica doméstica e internacional, bem assim os riscos prevaletentes, e não hesitará em tomar medidas correctivas necessárias antes da próxima reunião ordinária agendada para o dia 21 de Julho de 2021.

Banco de Moçambique e o Governo Francês assinam Memorando de Entendimento



O Banco de Moçambique (BM) e o Governo francês assinaram, no dia 30 de Junho de 2021, um Memorando de Entendimento para a Implementação do Programa de Assistência Técnica na Componente do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo. O acto, que teve lugar na sede do BM, foi celebrado pelo Administrador do Pelouro de Estabilidade Financeira, Jamal Omar e pelo Embaixador da França em Moçambique, David Izzo, em representação do Governo Francês.

Para o Governador do BM, Rogério Zandamela, espera-se no final da assistência técnica que a instituição possa ter um quadro regulatório mais ajustado aos desafios actuais, bem como orientações estratégicas para a implementação de um sistema de monitoria eficaz e abrangente.

Por seu turno, o Embaixador da França em Moçambique, David Izzo, congratulou os esforços empreendidos pelo BM no combate ao crime financeiro e ao terrorismo, e afirmou o desejo desta colaboração trazer, para o banco central, elementos inovadores e permitir o reforço dos seus sistemas de vigilância e recursos de controlo e, em simultâneo, o desenvolvimento de competências técnicas em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

O programa a ser implementado, cuja preparação iniciou em Julho de 2020, é financiado pela Cooperação Francesa, através da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), num montante de 500.000 Euros e a implementação estará a cargo da Expertise France, parceiro técnico da AFD.

A Confederação Empresarial apela a criação do Banco de Desenvolvimento da CPLP

A Confederação Empresarial apela aos governos dos países-membros para maior dinamização da criação do Banco de Desenvolvimento da CPLP com vista a viabilizar financiamento para a execução dos projectos do bloco.

Na abertura da primeira Cimeira de Negócios, o presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Salimo Abdula, instou os governos dos países-membros a acelerarem o processo da criação do Banco de Desenvolvimento da Comunidade para facilitar o financiamento dos projectos do bloco.

Salimo Abdula propôs também a criação de um tribunal de arbitragem para dirimir possíveis litígios entre empresários da

comunidade sendo que o projecto se encontra em uma fase muito avançada.

Para Isaac Murargy, ex-Secretário Executivo da Confederação Empresarial da CPLP, é necessário que os países da comunidade criem facilidades para melhor explorar as suas potencialidades, sobretudo na área de hidrocarbonetos, como forma de desenvolver a economia bloco, assim como atrair investimentos.

A primeira Cimeira de Negócios da Confederação Empresarial da CPLP que decorreu de 5 a 7 de Abril último, em Malabo, Guiné, contou a participação de cerca de 250 delegados dos países-membros e decorreu sob o lema “Juntos somos mais fortes e fazemos o mundo avançar”.

Banco Único mudou de marca para Nedbank Moçambique



O Banco Único, Membro da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), passou a designar-se Nedbank Moçambique desde o dia 28 de Junho de 2021, como resultado da integração no grupo africano Nedbank.

O lançamento da nova marca foi efectuado na Cidade de Maputo, mais concretamente no novo espaço de negócios Business Lounge by Nedbank, localizado na Avenida Julius Nyerere, o qual representa um dos pilares da nova imagem e marca, a Inovação.

A presidir a inauguração, estiveram presentes o Presidente da Comissão Executiva do Banco, Joel Rodrigues, através de vídeo conferência Terence Zibiya, Presidente Executiva do Grupo Nedbank para as Regiões Africanas e actualmente Presidente do Conselho de Administração do Banco, na presença do Secretário de Estado da Cidade de Maputo, Vicente Joaquim.

Autoridade Bancária da União Europeia efectua exercício de transparência 2021



A Autoridade Bancária Europeia, também conhecida pela sigla inglesa EBA (**European Banking Authority**) anunciou que o exercício anual de transparência em toda a União Europeia para 2021 realizar-se-á no segundo semestre do ano em curso e as informações sobre as exposições dos bancos e a qualidade dos ativos durante a crise serão divulgadas aos participantes do mercado. O exercício cujo lançamento está previsto para mês de Setembro, cobrirá os valores do segundo semestre de 2020 e do primeiro semestre de 2021 e os resultados deverão ser publicados no início de Dezembro, juntamente com o Relatório de Avaliação de Risco da EBA. Exercício de transparência da EBA é uma publicação regular de informação detalhada sobre os bancos europeus.



Ficha técnica

AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; **Dispensa de Registo**

Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Junho - 2021; Edição nº 27; **Coordenador**

Editorial: Elílio Langa (Secretário Geral da AMB) elnga@amb.co.mz; **Análise Económica:** Alfredo Magaia (Assessor Económico da AMB) amagaia@amb.co.mz; **Redacção, Fotografias e Maquetização:**

Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB) bmchabualo@amb.co.mz; **Revisão:**

Anastácia Rosária arosária@amb.co.mz; **Colaboração:** Leonardo Guambe lguambe@amb.co.mz; **Periodicidade:** Trimestral;

Distribuição: Gratuita.

Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330. E-mail: secgeral@amb.co.mz www.amb.co.mz

Maputo - Moçambique